

CARTA DE COMPROMISSO

- Unidade de Saúde Familiar da BARRINHA -

Modelo B

O Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) BAIXO VOUGA III, representado pelo seu Director Executivo, Dr. MANUEL SEBE e a Unidade de Saúde Familiar (USF) DA BARRINHA pelo seu Coordenador, Dr MANUEL SEQUEIRA, constituída com base na aprovação do Parecer Técnico da Equipa Regional de Apoio (ERA), por deliberação do Conselho Directivo da ARS em 1de JULHO de 2009, assumem nesta data a presente Carta de Compromisso, nos termos do artigo 6º do DL nº 298/2007 de 22 de Agosto, com efeitos para o ano civil de 2011, negociada na presença, como analista, do Departamento de Contratualização da Administração Regional de Saúde, IP (ARSC) que se rege pelas seguintes condições:

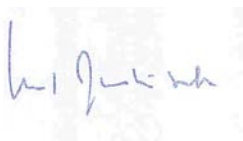
1. A USF DA BARRINHA é parte integrante do ACES Do BAIXO VOUGA III, sendo constituída por uma equipa multiprofissional, médicos, enfermeiros e administrativos, identificada no **Anexo I**
2. A USF tem na presente data 13 018 inscritos a que correspondem 15 456 unidades ponderadas, tendo previsto, em sede de candidatura, inscrever 13 000 utentes.
3. A USF fica sujeita ao cumprimento das metas explícitas no **Anexo II** – Compromisso Assistencial Contratualizado – onde constam os seus objectivos de desempenho para a carteira básica de serviços e carteira adicional de serviços.
4. Durante o ano de 2011 serão ainda monitorizados os 15 indicadores descritos no **Anexo III**.
5. Paralelamente à contratualização referida no número 3, a USF compromete-se a construir um Plano de Acompanhamento Interno, nos termos do artigo 7º da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, baseado numa linha de orientação comum organizacional ou clínica (**Anexo IV**), desencadeando, assim, um processo de autoavaliação, que tem por objectivo atingir a acreditação. O referido plano, a implementar durante o ano de 2011, deverá ser construído com o apoio da Equipa Regional de Apoio e Acompanhamento no âmbito do processo de acompanhamento das USF, ficando a ERA responsável pela verificação da concretização do mesmo.

6. A USF compromete-se a efectuar, rigorosa e sistematicamente, no Sistema de Informação, os registos de todos os dados necessários à análise da sua actividade, sem os quais esta não poderá ser considerada em sede de contratualização.
7. A USF aceita e disponibiliza-se para prestar a colaboração necessária à realização de auditorias e acções de acompanhamento que venham a ser determinadas pela Administração Regional de Saúde ou outras entidades para tal mandatadas pelo Ministro da Saúde, segundo a alínea h) do nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 298/2007, 22 de Agosto.
8. A USF deve elaborar um Relatório de Actividades, focalizado no compromisso assistencial contratualizado, bem como um plano de aplicação dos incentivos institucionais, a remeter ao Departamento de Contratualização até 15 de Fevereiro do ano seguinte, após validação pelo Director Executivo.
9. A ARS, através do ACES, deve garantir as condições de funcionamento adequadas, de modo a que a USF cumpra as actividades previstas na carteira básica de serviços e na carteira adicional de serviços, aceite para o período em questão, disponibilizando os recursos mencionados no Manual de Articulação – **Anexo V** – de acordo com o artigo 6º, nº3, alínea a) e capítulo IV, ambos do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto.
10. Até 28 de Fevereiro do ano seguinte, a ARS, nos termos da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, comunica à USF a decisão relativa à atribuição de incentivos, em consonância com o relatório de avaliação do processo negocial/contratual elaborado pelo Departamento de Contratualização.
11. Até 31 de Março de cada ano a ARS aprova o plano de aplicação dos incentivos institucionais proposto pela USF aquando da apresentação do relatório de actividades.
12. O acompanhamento do desempenho da USF, a executar pela Unidade de Apoio à Gestão (UAG) do ACES, com o apoio do Departamento de Contratualização, efectua-se de forma automática e por via electrónica, não sobrecarregando a USF com carga administrativa adicional. No entanto, sempre que necessário, a USF deve disponibilizar-se para prestar os esclarecimentos considerados como relevantes e solicitados pelo Director Executivo do ACES ou pelo Departamento de Contratualização.
13. Se circunstâncias imprevisíveis determinarem a desactualização das metas definidas no presente acordo (**Anexo II**), as partes contratantes assumem o compromisso de rever os referidos termos.
14. O não cumprimento do articulado deste compromisso, por parte da USF, poderá excluí-la da atribuição dos incentivos institucionais, mesmo que as metas tenham sido atingidas, ou conduzir mesmo a uma

reavaliação do processo de constituição e de desenvolvimento da USF por decisão da Administração Regional de Saúde.

15. Nos termos do artigo 17º, nº4, do Decreto-Lei nº298/2007, de 22 de Agosto, e do artigo 6º, nº2, da Portaria nº301/2008, 18 de Abril, o incumprimento das metas contratualizadas não releva se o mesmo tiver origem na não disponibilização atempada, por parte da ARS, dos recursos mencionados no **Anexo V**.

O Director Executivo do ACES
MANUEL SEBE



O Coordenador da USF
MANUEL SEQUEIRA



OVAR, 25 de Janeiro de 2011

ANEXOS:

- I – Constituição da Equipa
- II – Compromisso Assistencial Contratualizado
- III – Lista de indicadores para monitorização
- IV – Plano de Acompanhamento Interno
- V – Manual de Articulação ACES/USF

ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

Identificação, grupo profissional e vínculo laboral dos elementos da equipa

Nome	Grupo Profissional	Vínculo
ACACIO DIAS OLIVEIRA	MED	ND
FERNANDO MANUEL OLIVEIRA FARDILHA	MED	ND
HELENA MARIA ALVES MELO ROMEIRA BARROS TORRES	MED	ND
ISABEL MARIA CASTRO MORAIS GOMES	MED	ND
MANUEL ALEXANDRINO VALENTE SEQUEIRA	MED	ND
MARILIA JOSE PEREIRA DIOGO	MED	ND
ALICE TRINDADE	MED	ND
CRISTINA JOSE COELHO DIAS	ENF	ND
MARIA LUZ FRANÇA CRUZ DOMINGUES	ENF	ND
CLAUDIA ALEXANDRA BORGES OLIVEIRA	ENF	CTTC
CLAUDIA FILIPA GOMES ARAUJO	ENF	CTTC
TESSY CAROL BARBOSA ALMEIDA	ENF	CTTC
VERA CATARINA SA FERREIRA	ENF	CTTC
CRISTIANA AMELIA ALMEIDA CONCEIÇÃO	ENF	CTTC
ALZIRA FATIMA SOUSA PASSO CANTARA	SC	ND
JOAQUIM JOSE GLORIA VIVAS	SC	ND
MARIA EMILIA LOUREIRO CARVALHOSILVA FARDILHA	SC	ND
MARIA MARGARIDA SILVA COELHO	SC	ND
MARIA TERESA MENDES MONTEIRO	SC	ND
CLARA MARIA MARQUES SILVA	SC	CTTC

MED - medico / ENF – enfermeiro / SC – secretário clínico

ND – nomeação definitiva / CTTC – contrato de trabalho a termo certo

ANEXO II – COMPROMISSO ASSISTENCIAL CONTRATUALIZADO

A - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS - INDICADORES

(Atribuição de incentivos institucionais)

[Art. 2º, nº2, alínea a) da Portaria nº 301/2008, 18 de Abril - Anexo I]

Área	N.º S.I.	Indicador	Meta
Acesso	3.12	Percentagem de consultas ao utente pelo seu próprio médico de família	85 %
	3.15	Taxa de utilização global de consultas	73 %
	4.18	Taxa de visitas domiciliárias médicas por 1.000 inscritos	40 ‰
	4.30	Taxa de visitas domiciliárias de enfermagem por 1.000 inscritos	180 ‰
Desempenho Assistencial	5.2	Percentagem de mulheres entre os 25 e 64 anos com colpocitologia actualizada	60 %
	5.1 M	Percentagem de mulheres entre os 50 e os 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	75 %
	5.4 M	Percentagem de diabéticos com pelo menos duas HbA1C registadas nos últimos 12 meses, desde que abranjam os 2 semestres	85 %
	5.10 M	Percentagem de hipertensos com pelo menos uma avaliação de pressão arterial em cada semestre	90 %
	6.1 M	Percentagem de crianças com PNV actualizado aos 2 anos	98%
	6.1 M	Percentagem de crianças com PNV actualizado aos 6 anos	98 %
	6.12	Percentagem de primeiras consultas na vida efectuadas até aos 28 dias	87 %
	6.9 M	Percentagem de primeiras consultas de gravidez no primeiro trimestre	87 %
Satisfação dos utentes	-	Percentagem de utilizadores satisfeitos/muito satisfeitos (aplicação de inquérito --- classificação final)	%
Eficiência	7.6	Custo médio de medicamentos prescritos por utilizador	168 €
	7.7	Custo médio com MCDT prescritos por utilizador	63 €

B – CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS – INDICADORES DE DESEMPENHO

Modelo B

1 - Contratualização de actividades específicas

[Artigos 6º, nº3, alínea c) e 29º, nº2, do Decreto-Lei nº 298/2007, 22 de Agosto]

N.º Médicos (TC)	Unidades ponderadas (*) (UP)	Unidades contratualizadas (*) (UC)	
		Realizadas	Válidas
7	6.441	16	16

(*) Não sendo possível, à data da assinatura da presente Carta de Compromisso, calcular as UP referentes ao ano anterior atribui-se o valor de 8 UC, de acordo com o disposto no “Regulamento para o calculo das remunerações dos profissionais integrados em USF modelo B” homologado pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde em 23 de Abril de 2008. Se posteriormente o Sistema de Informação permitir calcular um valor superior de UC, será automaticamente actualizado este quadro.

Nota: É de salientar que embora esteja contratualizado estas UC, só se pagam até ao limite de 20 UC.

2 - Critérios para atribuição de incentivos financeiros

(Portaria nº 301/2008, 18 de Abril - Anexo II)

População alvo	Critério	N.º S.I.	Indicador	Meta
Mulheres entre 15 e 49 anos	Com consulta de PF de enfermagem no ano	3.22 Mod	Taxa de utilização da consulta de enfermagem em planeamento familiar	40 %
	Com colpocitologia realizada na USF nos últimos 3 anos	5.2 Mod	Percentagem de mulheres entre os 25 e 49 anos, vigiadas na USF, com colpocitologia actualizada	85 %
Mulheres que terminaram a gravidez	Nº consultas enfermagem >=6 (sem puerpério)	4.22 M	Percentagem de grávidas com 6 ou mais consultas de enfermagem em saúde materna	82 %
	Com consulta de revisão puerpério efectuada	6.4	Percentagem de grávidas com revisão puerpério efectuada	80 %
	Com visita domiciliária	4.33	Percentagem de visitas domiciliárias a puérperas vigiadas na USF durante a gravidez	80 %

	efectuada à puérpera			
População alvo	Critério	N.º S.I.	Indicador	Meta
Crianças até aos 12 meses	Com diagnóstico precoce realizado até ao 7º dia de vida	6.13	Percentagem de diagnósticos precoces (TSHPKU) realizados até ao 7º dia de vida do RN	95 %
	Com visita domiciliária de enfermagem até ao 15º dia	4.34 Mod	Percentagem de visitas domiciliárias a RN até aos 15 dias de vida	80 %
	Com 6 consultas de vigilância entre os 0 e os 11 meses	4.9 M	Percentagem de crianças com pelo menos seis consultas de vigilância de saúde infantil dos 0 aos 11 meses	82 %
Crianças entre os 12 e os 23 meses	Com 3 consultas de vigilância em SI entre os 12 e os 23 meses	4.10 M	Percentagem de crianças com pelo menos três consultas de vigilância de saúde infantil no segundo ano de vida	80 %
	Com registo IMC nos últimos 12 meses	5.13 Mod2	Percentagem de inscritos com peso e altura registados nos últimos 12 meses	93 %
	Com PNV actualizado	6.1 M	Percentagem de crianças com o PNV actualizado aos 2 anos	98 %
Diabéticos vigiados na USF	Com consulta de enfermagem realizada	6.19 M	Percentagem de diabéticos abrangidos pela consulta de enfermagem	87 %
	Com registo de gestão do regime terapêutico ineficaz	6.16 M	Percentagem de casos com registo de gestão do regime terapêutico	90 %
	Com pelo menos um exame dos pés registado	5.7	Percentagem de diabéticos com pelo menos 1 exame aos pés registado no ano	90 %
Hipertensos vigiados na USF	Com pelo menos uma avaliação (registo) da pressão arterial em cada semestre	5.10 Mod	Percentagem de hipertensos com registo de pressão arterial em cada semestre	90 %
	Grupo de risco de HTA activo e registo IMC no último ano	5.13 M	Percentagem de hipertensos com pelo menos um registo de IMC nos últimos 12 meses	85 %
	Com PNV actualizado	6.2	% de hipertensos com vacinação antitetânica actualizada	95 %

3 – Alargamento de Horário

(Artigos 10º, nº 5, 30º, 32º e 34º do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto)

Horário			Encargos		
	Período diário	Carga Semanal	Médicos Nº	Enfermeiros Nº	Administrativos Nº
Dias úteis					
Fins-de-semana					
Feriados					

E – CARTEIRA ADICIONAL DE SERVIÇOS

(Art. 6º, nº6 e 7, do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto)

(Portaria nº1368/2007, 18 Outubro, Anexo II)

Actividades	Indicadores	Metas	Compensação Financeira

(por cada actividade)	Profissionais envolvidos		
	Médicos	Enfermeiros	Administrativos
Carga horária mensal			
Distribuição da Compensação			

ANEXO III – INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO EM 2011

Área	N.º S.I.	Indicador	

ANEXO IV – PLANO DE ACOMPANHAMENTO INTERNO

(Art. 7º da Portaria 301/2008, 18 de Abril)

Área de Acompanhamento
CONSULTA DE HIPERTENSÃO

ANEXO V – MANUAL DE ARTICULAÇÃO

Recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros

(Artigos 6º, nº3, alíneas *a* e *b*) e 18º do Decreto-Lei nº298/2007 de 22 de Agosto)

Assinado entre o Director Executivo do ACES BAIXO VOUGA III e a Unidade de Saúde Familiar

OVAR em 11/ 01/2011. .